Saúde, soberania e o futuro do Brasil: o papel estratégico da Fiocruz

Juliana Moreira*
Marco Nascimento**

Fundação pública estratégica, a Fiocruz articula ciência, produção e política pública, fortalecendo o SUS e posicionando o Rio de Janeiro no centro de um projeto nacional de desenvolvimento baseado em soberania, inovação e bem-estar social.

No Brasil, a saúde é reconhecida constitucionalmente como um direito universal e dever do Estado, materializado por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). A efetivação desse direito, contudo, não se esgota na necessária ampliação do gasto social: ela depende, de forma decisiva, da construção de capacidades nacionais em ciência, tecnologia, inovação e produção, articuladas às demandas sociais. Garantir o direito à saúde implica, portanto, enfrentar o debate estrutural sobre desenvolvimento econômico, soberania e papel do Estado, recolocando a política social no centro de um projeto nacional de longo prazo.

É a partir dessa compreensão que se consolida, no Brasil, o conceito do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Ceis), desenvolvido na Fiocruz ao longo dos anos 2000. O Ceis nasce justamente da percepção de que a universalização do direito à saúde exige mais do que políticas assistenciais: requer a articulação deliberada entre produção de bens e serviços de saúde, pesquisa científica, inovação tecnológica e o sistema de proteção social. Trata-se de uma visão que rompe com a separação tradicional entre política social e política econômica, reconhecendo a saúde como um direito e como eixo estruturante do desenvolvimento.

Mais do que um arcabouço analítico, essa concepção deu origem a uma agenda concreta de políticas públicas orientadas à construção de capacidades nacionais. Ao integrar as demandas do SUS a estratégias de desenvolvimento produtivo e tecnológico, essa abordagem transforma a política social em instrumento ativo de dinamização econômica, geração de emprego qualificado e redução da dependência tecnológica.

No núcleo dessa estratégia encontra-se a Fiocruz, instituição vinculada ao Ministério da Saúde, que reúne um conjunto singular de capacidades em uma única organização pública: pesquisa científica de ponta, formação de recursos humanos, inovação tecnológica e produção de bens essenciais, como vacinas, medicamentos, biofármacos e insumos diagnósticos.

A trajetória histórica da Fiocruz evidencia que a articulação entre saúde e desenvolvimento depende de coordenação ativa e de instituições públicas estratégicas. Desde sua criação, em 1900, esteve diretamente vinculada à resposta a desafios sanitários do país, desempenhando papel decisivo na formação de quadros técnicos e científicos, no fortalecimento da ciência e da produção nacional e na construção de capacidades estatais permanentes, culminando em sua contribuição teórica e política para o movimento da Reforma Sanitária e para a própria criação do Sistema Único de Saúde, como um dos pilares da democracia no Brasil.

Nas últimas décadas, sua atuação em crises sanitárias regionais e globais reforçou ainda mais essa relevância estratégica. Episódios como a epidemia de Zika, a pandemia de Influenza A (H1N1) e, sobretudo, a pandemia de Covid-19 demonstraram que a proteção da saúde da população depende da existência de capacidades científicas, tecnológicas e produtivas instaladas no território nacional e orientadas às necessidades do SUS.

Os resultados alcançados pela Fiocruz não são fruto do acaso, mas da existência de políticas públicas que, desde o final dos anos 2000, passaram a articular o poder de compra do Estado à construção de capacidades produtivas e tecnológicas nacionais no âmbito do Ceis. A criação das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), a partir de 2008, representou um marco nesse processo ao vincular a demanda do SUS à transferência de tecnologia e à internalização da produção de medicamentos e insumos estratégicos para a saúde pública.


Juliana Moreira


Marco Nascimento

Nesse contexto, a Fiocruz assumiu papel central na execução de parcerias voltadas à incorporação de tecnologias críticas, como o tacrolimo, medicamento essencial para pacientes submetidos a transplantes de rim, fígado ou coração, e o dicloridrato de pramipexol, utilizado no tratamento da doença de Parkinson. Esses exemplos ilustram como a política pública, quando orientada por necessidades sociais, pode induzir a formação de competências produtivas nacionais e fortalecer instituições públicas estratégicas.

Os efeitos econômicos dessa estratégia são mensuráveis. Em 2024, a Fiocruz registrou faturamento superior a R$ 5 bilhões, posicionando-se entre os 15 maiores grupos econômicos do mercado farmacêutico brasileiro (SCMED, 2025). No segmento de medicamentos biológicos, a instituição figura entre os cinco maiores faturamentos do país e destaca-se como uma das únicas unidades produtivas de capital nacional com essa escala, evidenciando o papel singular da Fiocruz na redução da dependência externa e no fortalecimento da soberania em saúde.

A partir de 2023, a saúde passa a ocupar posição central na agenda nacional, com o lançamento de uma nova geração de políticas voltadas ao desenvolvimento do Ceis. Ao ser alçada à condição de Missão 2 entre as seis agendas prioritárias da Nova Indústria Brasil, o Ceis passou a ser reconhecido como eixo estratégico para o desenvolvimento industrial, a soberania nacional e o planejamento de longo prazo. Essa nova etapa marca um avanço qualitativo da política industrial ao incorporar instrumentos ancorados em uma abordagem orientada por missões e desafios de saúde claramente definidos.

Nesse novo arranjo, a Fiocruz reafirma seu papel como instituição estratégica de Estado ao liderar e executar projetos tanto no âmbito das PDP quanto do recém-criado Programa de Desenvolvimento e Inovação Local (PDIL). Diferentemente da PDP, o PDIL busca estimular trajetórias tecnológicas futuras, direcionando esforços científicos e produtivos para desafios prioritários de saúde pública. Projetos voltados a terapias avançadas para oncologia de precisão e ao desenvolvimento e teste clínico de uma vacina contra a esquistossomose exemplificam essa nova agenda, que combina inovação de fronteira com necessidades estruturais do SUS.

Paralelamente, os investimentos previstos no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como a implantação do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (Cibs), conferem escala e materialidade a essa estratégia. Com capacidade produtiva estimada em 120 milhões de frascos de vacinas e biofármacos por ano, o empreendimento amplia de forma substantiva a autonomia nacional em insumos estratégicos para o SUS, reforçando a soberania em saúde e a capacidade de resposta do Estado brasileiro a desafios sanitários presentes e futuros.

Os impactos econômicos do Cibs sobre o território fluminense são expressivos. Segundo estimativas da Firjan, a ampliação da capacidade produtiva deverá resultar em um crescimento de 128% da produção farmacêutica no estado do Rio de Janeiro, com impacto econômico estimado em R$ 12,3 bilhões, o equivalente a cerca de 1% do PIB estadual, além da geração de aproximadamente 16,6 mil empregos diretos e indiretos. Esses efeitos reforçam o papel do investimento como instrumento de política industrial regional, com forte capacidade de indução sobre cadeias produtivas intensivas em conhecimento no território fluminense.

Além de atender de forma mais robusta às demandas internas do SUS, o Cibs cria condições para a exportação de bens e serviços de alto conteúdo tecnológico e para o fortalecimento da cooperação internacional. A ampliação dessa capacidade produtiva e tecnológica permite ao Brasil ampliar sua atuação junto a instituições como a Organização Pan-Americana da Saúde e a Unicef, reforçando a inserção internacional do país em iniciativas voltadas ao acesso equitativo a vacinas, medicamentos e insumos estratégicos, ao mesmo tempo em que projeta o Rio de Janeiro como polo regional de biotecnologia e cooperação em saúde.

Dessa forma, a experiência da Fiocruz reforça uma lição central da economia política do desenvolvimento: países periféricos não superam sua dependência tecnológica e produtiva de forma espontânea. Esse processo exige instituições públicas robustas, políticas deliberadas e visão estratégica de longo prazo. Ao articular as demandas estruturantes do SUS à ampliação das capacidades científicas, tecnológicas e produtivas nacionais, a Fiocruz oferece uma base concreta para essa estratégia, contribuindo ativamente para um novo padrão de desenvolvimento, em que política social e política econômica operam de forma integrada, orientadas pela soberania, pela inovação e pelo bem-estar da população.

Reprodução de internet



** É economista e coordenadora-adjunta do grupo de pesquisa Desenvolvimento Sustentável, CT&I e Complexo Econômico-Industrial da Saúde (GPCEIS/CEE-Ensp/Fiocruz).*

*** É vice-presidente adjunto de produção e inovação em saúde (VPPIS/Fiocruz) e pesquisador do grupo de pesquisa Desenvolvimento Sustentável, CT&I e Complexo Econômico-Industrial da Saúde.*

Referências bibliográficas

Secretaria Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (SCMED). *Anuário Estatístico do Mercado Farmacêutico 2024*. Brasília: Anvisa, 2025.

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). *Relatório de gestão 2024*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2025.

CLIQUE E OUÇA